

Irresponsabilidade educacional

Novo plano federal para o setor exclui lei que pune gestor por mau uso de recursos

Alessandra Duarte

RIO

Mecanismo que poderia ajudar a punir fraudes nos gastos dos governos com educação, a chamada Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) foi retirada do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai definir justamente as prioridades para o setor nos próximos dez anos. A LRE, que cria uma "ação civil pública de responsabilidade educacional" e fazia parte das discussões do plano, foi retirada para não atrapalhar o andamento do projeto de lei do PNE. Passou a integrar outro PL, de número 8.039/2010. Com tramitação separada, o texto já começa a enfrentar obstáculos no Congresso, como o pedido, na última semana, de apensamento de pelo menos outros sete projetos.

Como O GLOBO mostrou ontem, R\$ 17 bilhões repassados do governo federal a estados e municípios de 2007 a 2010, via Fundeb, não têm órgão específico que fiscalize sua aplicação. O vácuo de controle dá margem a fraudes como uso de dinheiro da merenda para compra de uísque em Alagoas e deterioração de computadores que estão sendo destruídos por cupim na escola no Piauí.

A proposta da LRE afirma que a ação civil pública de responsabilidade educacional "tem como objeto o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública, bem como a execução de convênios, ajustes, termos de cooperação e instrumentos congêneres".

— A retirada da responsabilização do PNE deixou uma lacuna no plano — diz Mozart Ramos, conselheiro do movimento Todos pela Educação.

O movimento criou este ano um grupo de trabalho para tratar da LRE, que se reunirá no dia 25 deste mês e fará seminário em Brasília em setembro. Responsável por esse grupo de trabalho, Priscila Cruz, diretora-executiva da entidade, diz que o trecho do PL que inclui as "obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública" na abrangência da ação civil pública faria com que desvios e fraudes envolvendo verba do Fundeb, por exemplo, fossem abarcadas pela LRE.

Sanções não estão detalhadas

• Carlos Abicalil, secretário de Articulação com Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, e que está tratando do acompanhamento do novo PNE, diz que a retirada do tema da responsabilização teria ocorrido porque o governo não quis misturar sanção civil com metas de desempenho:

— Houve o entendimento de que essa matéria de responsabilização civil não caberia num plano de metas, que ela deveria ter projeto próprio.

Porém, para profissionais do setor e parlamentares que cuidam do plano na Câmara — no dia 7, foi oficialmente criada a comissão especial do PNE na Casa —, o objetivo do governo foi agilizar o andamento do plano.

— O governo, para não atrasar o plano, tirou essa polêmica. Há parlamentares que defendem a LRE, outros que acham melhor incluir o tema na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso ainda vai dar muito debate — diz o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), presidente da comissão especial do PNE. Além de correr o risco de ter tramitação lenta, a LRE, como está no PL 8.039/2010, precisaria de emendas ou de um substitutivo que detalhasse melhor as sanções, afirma Priscila Cruz:

— Ele não detalha pontos como punição. Quem cometer falhas na educação vai ser impedido de se candidatar de novo? Vai sofrer corte de verbas?

O PL também exclui das obrigações relativas à educação "o alcance de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação". Isso faria, por exemplo, com que fique de fora o não alcance de boas notas no Ideb.

— Mas, se o aluno não aprende, alguém tem que responder por isso — destaca Priscila. — O atual projeto da Lei de Responsabilidade Educacional está aquém do seu nome.



COMPUTADORES DESTRUÍDOS por cupim na Escola Municipal Virgulino, no Piauí: pela LRE, irregularidades na gestão da educação seriam punidas em ação civil específica

Editoria de Arte

IRREGULARIDADES NA EDUCAÇÃO

• R\$ 17,1 bilhões é o valor total dos recursos repassados pelo Ministério da Educação a estados e municípios via Fundeb, desde a criação do fundo, em 2007, até 2010. Não há órgão que fiscalize esses repasses, que em 2011 serão de mais R\$ 7,8 bilhões

• Entre 2007 e 2008, 41% das prefeituras investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) tinham licitações fraudulentas, e 58% gastavam dinheiro do Fundeb de maneira indevida

• Dos nove estados que recebem complementação via Fundeb, sete estão no Nordeste; os outros são Pará e Amazonas. Os casos de desvios incluem sumiço de R\$ 2,6 milhões de abonos e gratificações para educadores no Maranhão; não comprovação de aplicação de R\$ 7,6 milhões do fundo no Pará; e uso de dinheiro da merenda escolar para compra até de uísque em Alagoas, em fraude que pode ter desviado R\$ 8 milhões

ENQUANTO ISSO...

O desempenho escolar dos estudantes brasileiros e as atuais condições dos três níveis de ensino no país estão bem distantes do que está previsto em muitas metas do novo Plano Nacional de Educação, cujo projeto de lei está tramitando no Congresso. Algumas das metas mais difíceis de serem alcançadas são:

META

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária

SITUAÇÃO ATUAL: A taxa líquida de matrículas dos jovens de 15 a 17 anos é de 50,7%; metade da população nessa idade não está no ensino médio

META

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam

SITUAÇÃO ATUAL: 47% dos professores não têm formação adequada (ou não são graduados, ou dão aula de disciplinas nas quais não são formados)

META

Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação

SITUAÇÃO ATUAL: 33% dos professores na educação não têm sequer curso superior; 12,5 mil não têm nem o ensino médio

META

Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica

SITUAÇÃO ATUAL: Do fundamental ao médio, há 1,3 milhão de alunos estudando em tempo integral em escolas estaduais e municipais — o que equivale a cerca de 4% dos 33,9 milhões de alunos dessa rede

META

Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb):

	2015	2021	Situação atual
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	6,0	4,6
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,5	4
Ensino médio	4,3	5,2	3,6

FONTE: Inep, Semesp, IBGE, Todos pela Educação e Conselho de Acompanhamento do Fundeb

Ampliar ensino médio e superior está entre as metas mais difíceis do novo plano

Estudo aponta que taxa de evasão de universitários cresceu de 14% para quase 20%

• Um dos principais obstáculos para a expansão do ensino superior no país, o aumento da cobertura do ensino médio — hoje, metade dos jovens entre 15 e 17 anos não se encontra nesse nível de ensino — está entre as metas mais difíceis do novo Plano Nacional de Educação (PNE), hoje na Câmara. O plano traz como duas das suas 20 metas duplicar as matrículas do ensino médio técnico e aumentar a taxa de matrículas no ensino médio para 85% dos jovens entre 15 e 17 anos.

Outra das metas mais problemáticas do novo PNE é a ampliação da própria taxa de matrículas no ensino superior. A meta para esse ponto determina o aumento das matrículas no ensino superior para uma cobertura de 33% entre aqueles com 18 a 24 anos. Hoje, esse percentual é, segundo o MEC, de 17% — enquanto a Turquia tem 21,1%; o Chile, 28,3%; e a Hungria, 29%. A Coreia, referência de desenvolvimento tecnológico, tem 56,5%.

Além do empecilho causado por uma baixa cobertura do ensino médio, o crescimento do ensino superior no país também tem enfrentado um aumento na evasão dos alunos

que conseguem chegar à universidade, segundo estudo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior em São Paulo (Semesp). O estudo mostra que a taxa de evasão no ensino superior no país foi de cerca de 12% em 2007 para mais de 15% hoje. Se for visto apenas o ensino superior privado — que, com programas como o ProUni e o Fies, é responsável por cerca de 75% das matrículas no nível superior hoje —, a evasão cresceu de cerca de 14% para quase 20%.

Segundo o Semesp, pelo menos metade dessa evasão é de alunos das classes C e D — cerca de 40% das matrículas no nível superior hoje — que chegariam despreparados ao nível universitário. No ensino superior privado, onde boa parte dos alunos dessas faixas de renda tem ingressado, a evasão devido ao despreparo também é maior em cursos ligados ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país: dos 20 cursos com maior evasão, 11 são de ciências exatas, como os de informática.

— Os alunos das classes menos privilegiadas têm conseguido chegar à universidade, por conta justamente

da expansão proporcionada pelo ProUni, por exemplo; e, até quando vemos a curva de crescimento das matrículas no ensino superior, ela acompanha a curva de crescimento da população nessas classes. No entanto, pelo despreparo, por terem vindo de escolas com qualidade de ensino baixa, eles não conseguem acompanhar o curso e abandonam — afirma o diretor-executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

O secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Claudio Costa, contesta os dados:

— Hoje, como o censo escolar não conta o aluno por seu CPF, acaba contabilizando como evasão a migração de estudantes de um curso a outro, ou de uma instituição a outra. A partir deste ano, com o censo passando a ser feito com base no CPF, poderemos conhecer melhor esse quadro — diz, destacando que a taxa de diplomação no ensino superior teria subido 195% nos últimos dez anos. — Além disso, não concordo com a hipótese de que há evasão por causa de despreparo. Estudantes que recebem alguma assistência federal, como bolsa do ProUni, têm bons rendimentos. ■

Haddad: TCEs devem fiscalizar verbas

Leticia Lins

• RECIFE. Se depender do Ministério da Educação, a fiscalização do uso de verbas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) vai continuar precária. O ministro Fernando Haddad afirmou ontem que essa atribuição é dos tribunais de contas dos estados e admitiu que, se eles não agirem, os abusos vão ocorrer.

— O Tribunal de Contas da União afirma que não é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que fiscaliza o Fundeb. O Fundeb é 15% do Ministério da Educação. Os outros 85%, o TCU sabe que nós fiscalizamos. Os tribunais de contas dos estados têm que atuar, porque o dinheiro do governo federal se mistura com o dinheiro local no financiamento da educação — disse ele ao responder apressadamente a perguntas de jornalistas durante sua visita a Recife.

— Se os tribunais de contas dos estados não estiverem atentos para a fiscalização do Fundeb, pode haver irregularidades — advertiu.

Em Pernambuco, tanto o TCE quanto o Ministério Público Federal constataram irregularidades na aplicação de verbas.

O ministro da Educação foi a Recife para empessar o professor Fernando Freire na presidência da Fundação Joaquim Nabuco. No discurso, Haddad afirmou que a educação no Brasil está começando a reagir, e que não é fácil tirar o país da inércia, mas que isso já está ocorrendo.

— Ninguém veio perguntar como atingimos o grau de excelência, porque não atingimos ainda. A pergunta é como retirar o Brasil da inércia. Ou seja, lá fora já é visível que o Brasil se mexe na área educacional, na boa direção da qualidade, do rendimento, da inclusão — disse.